

**Reflexões sobre  
Jornalismo e História  
Oral: um campo com  
mais convergências do  
que dissonâncias**

On Journalism and Oral History:  
a field with more convergences  
than dissonances

Reflexiones sobre periodismo y  
la historia oral: un campo con  
más convergencias que  
disonancias

**Monica Martinez<sup>1, 2</sup>**

**RESUMO**

Este artigo reflete sobre as aproximações entre o jornalismo e a história oral, concentrando-se em três eixos. O primeiro é o mapeamento de um breve

<sup>1</sup> Doutora em Ciências da Comunicação pela ECA-USP, tem pós-doutorado pela UMESP e estágio de pesquisa pós-doutoral junto ao departamento de Rádio, Televisão e Cinema da Universidade do Texas. Tem mestrado em Ciências da Comunicação pela ECA-USP e graduação em Comunicação (Jornalismo) pela UMESP. É docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba (Uniso), onde é colíder do Grupo de Pesquisa em Narrativas Midiáticas (NAMI). É diretora científica da SBPJor (Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo), onde é colíder da Rede de Narrativas Midiáticas Contemporâneas, e coordenadora adjunta do GP de Teorias do Jornalismo da Intercom. Integra o Cisc (Centro Interdisciplinar de Semiótica da Cultura e da Mídia) e, no exterior, a IAMCR (International Association for Media and Communication Research) e ICA (International Communication Association). Seus interesses na área de pesquisa em Comunicação e do Jornalismo envolvem aspectos epistemológicos e metodológicos relacionados às narrativas e suas relações com o mundo contemporâneo. Dedicar-se ao estudo do Jornalismo Literário em variados suportes, como ambientes digitais, livros-reportagem e documentários. Contato: [monica.martinez@prof.uniso.br](mailto:monica.martinez@prof.uniso.br). Pesquisa narrativas biográficas, caso de Memórias, Perfis e Biografias. Esses estudos estão relacionados ao contexto das relações de gênero e dos sistemas midiáticos no âmbito dos BRICS. Do ponto de vista metodológico, atualmente concentra-se no emprego de História de Vida e Análise de Conteúdo. Suas pesquisas contemplam igualmente a interface com outras áreas do saber, como Mitologia, Psicologia, Neurociências, Criatividade e Escrita Criativa. E-mail: [martinez.monica@uol.com.br](mailto:martinez.monica@uol.com.br).

<sup>2</sup> Endereço de contato da autora (por correio): Universidade de Sorocaba (Uniso). Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura. Cidade Universitária, Rod. Raposo Tavares, Km 92.5 - CEP 18023-000. Sorocaba, São Paulo, Brasil.

comparativo históricos dos métodos, onde fica clara a importância das entrevistas radiofônicas para o desenvolvimento da história oral. O segundo aborda a noção da veracidade que permeia as áreas, enfatizando que tanto formas mais aprofundadas do jornalismo – caso do Jornalismo Literário – e a história oral têm uma visão compreensiva e abrangente da realidade, por entenderem que os entrevistados, ao se basearem em sua memória, transitam numa esfera subjetiva. Finalmente, o terceiro eixo é dedicado à questão da autoria, que difere nas duas abordagens. Acima de tudo, sugere-se que se tratam de práticas complementares, cujo uso combinado supera lacunas em cada um dos métodos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunicação; narrativas; jornalismo; jornalismo literário; história oral.

#### **ABSTRACT**

This article reflects on the similarities between journalism and oral history, focusing on three axes. The first is the mapping of a brief historical comparative on both methods, in which it is clear the importance of radio interviews for the development of oral history. The second deals with the notion of truth that permeates both fields, emphasizing that the in-depth forms of journalism - the case of literary journalism - and oral history have a comprehensive view of reality, because they understand that the respondents, being based on their memories, are on a subjective sphere. Finally, the third axis is dedicated to the question of authorship, which differs in the two approaches. Above all, it is suggested here that these are complementary practices whose combined use exceeds gaps in each one of the methods.

**KEYWORDS:** Communication; narratives; journalism; literary journalism; oral history.

#### **RESUMEN**

El presente artículo reflexiona sobre las similitudes entre el periodismo y la historia oral, centrándose en tres ejes. El primero es la asignación de un breve comparativos históricos de los métodos, donde es evidente la importancia de entrevistas de radio para el desarrollo de la historia oral. El segundo trata de la noción de verdad que permea las áreas, haciendo hincapié en que las formas más a fondo de periodismo - el caso del periodismo literario - y la historia oral tienen una visión global y completa de la realidad, porque entienden que los entrevistados, que se basan en su memoria,

actúan en una esfera subjetiva. Por último, el tercer eje está dedicado a la cuestión de la autoría, que difiere en los dos enfoques. Sobre todo, se sugiere que se tratan de prácticas complementarias cuyo uso combinado puede superar las brechas de cada uno de los métodos.

**PALABRAS CLAVE:** Comunicación; narrativas; periodismo; periodismo literario; historia oral.

Recebido em: 28.02.2016. Aceito em: 13.03.2016. Publicado em: 30.04.2016.

## **Introdução**

Desde o final dos anos 1990, estudamos o embricamento entre duas grandes áreas: o Jornalismo e a História Oral. Ao longo deste tempo, percebemos na prática, por meio de estudos teóricos e empíricos, que se trata de um fértil campo de estudo para reflexões e aprimoramentos em ambas disciplinas. Mais do que uma profunda revisão de literatura, portanto, este artigo compartilha algumas noções que a nosso ver se tratam da essência do aprendizado e das discussões realizadas nessas duas décadas. A reflexão aqui condensada, portanto, não se pretende conclusiva nem definitiva. Antes, propõe uma base para o diálogo, sempre aberto e plural como deve ser a relação entre duas representantes de duas importantes áreas do conhecimento. O Jornalismo, da área das Ciências Sociais Aplicadas. E a História, das Ciências Humanas.

Do ponto de vista de método, esse estudo se trata de uma pesquisa bibliográfica (LOPES, 2003). Do ponto de vista de relações, nosso argumento é baseado em três elementos básicos: um breve comparativo históricos dos métodos, a noção da veracidade que permeia as áreas e a questão da autoria.

### **1. A gênese da História Oral**

Do ponto de vista histórico, a história oral surge após a Segunda Guerra Mundial, com a confluência de dois fatores importantes. O primeiro foram os avanços tecnológicos, notadamente os associados à captação, à distribuição e ao armazenamento de áudios e imagens midiáticas. Convém lembrar que nessa época o rádio estava na era de ouro (MOREIRA, 2011) e a TV só iniciaria sua ascensão nos anos 1950. Não é por acaso, portanto, que as entrevistas jornalísticas

radiofônicas tenham exercido grande influência no surgimento da história oral (MARTINEZ, 2015). O segundo fator importante foi a intenção que os historiadores tinham no período de registrar as experiências vividas pelos envolvidos no conflito mundial, como combatentes e sobreviventes (MEIHY, 1998). A ferocidade da Segunda Guerra Mundial, com elementos históricos inéditos, como a bomba atômica jogada sobre o Japão e os campos de concentração europeus que exterminaram cerca de seis milhões de judeus e outras minorias, como homossexuais, alertavam os pesquisadores da importância de que as narrativas dos sobreviventes não se perdessem nas brumas do esquecimento. Preservar a memória era uma forma de deixar um alerta vivo para a humanidade sobre a importância do diálogo e da possibilidade da extinção da própria espécie humana.

Nesse contexto, o ano de nascimento da história oral é tido como 1947, quando Allan Nevis organizou, na Universidade de Colúmbia, em Nova York, um arquivo, oficializando o termo, desde então indicativo de uma nova postura diante do uso e da divulgação de entrevistas (MEIHY, 1998).

De Columbia, a história oral se expandiu para outros campi estadunidenses nos anos 1960, como a Universidade da Califórnia em Berkeley (UCLA), daí expandindo-se para outros países. Paul Thompson, introdutor do método na Universidade de Essex, Inglaterra, já com o viés de acolher os depoimentos de pessoas "comuns" (*ordinary people*), lembra que o uso de aparatos de registro poderia ser um recurso novo, mas a história oral é antiga como a própria história (THOMPSON, 2002).

Um dos programas pioneiros no uso do método da História Oral no Brasil foi o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Devido ao regime militar imposto no país a partir de 1964, que restringia a liberdade de expressão – algo decididamente associado a um método que prima pela coleta e divulgação de opiniões e

depoimentos – o método iniciou aqui na década de 1970, portanto mais tarde do que em outros países. A historiadora Verena Alberti, decana no uso, lembra que a implantação de um "programa de história oral se caracteriza por desenvolver projetos de pesquisa fundamentados na produção de entrevistas como fonte privilegiada e, simultaneamente, constituir um acervo de depoimentos para a consulta do público" (ALBERTI, 2005, p. 27). Se considerarmos que a entrevista jornalística teria surgido em 1836, de acordo com Mário Erbolato (MARTINEZ, 2008)<sup>3</sup>,

Outros exemplos de programas são o Núcleo de Estudos em História Oral da USP (NEHO-USP), implantado em 1995 pelo historiador José Carlos Sebe Meihy, e o Memórias do ABC – Núcleo de Pesquisas e de Produções Midiáticas da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), criado em 2003 pela historiadora Priscila Ferreira Perazzo, entre outros.

Podemos dizer que, no início do século XXI, o uso do método da História Oral está consagrado e, talvez mais importante, consolidado na área de Comunicação. Isso porque oferece "um suporte metodológico nos estudos da memória e das narrativas orais de história de vida, e também possibilitam a compreensão de processos comunicacionais e sua intersecção com a cultura" (PERAZZO, 2015, p. 123).

## **2. A noção da veracidade**

A questão da veracidade é um diferencial importante da história oral em relação ao jornalismo. Destacamos dois tópicos apenas desta questão complexa. O primeiro é o jornalista como filtro social, que o faz diferente da mera transmissão de

---

<sup>3</sup> A primeira entrevista foi realizada pelo repórter norte-americano James Gordon Bennet que, em vez de apenas relatar um assassinato, teria feito perguntas à proprietária do prostíbulo novaiorquino, cena do crime (ERBOLATO, 1984).

informações como ocorreria na cobertura de uma TV Senado, por exemplo. "O jornalismo inclui o processo de seleção e edição de informações, comentários e acontecimentos de modo que seja reconhecido diferentemente da forma pura como ocorreu." (RUDIN; IBBOTSON, 2008, p. 5). Para os autores, acima de tudo, "(...) talvez seja a avaliação da validade, veracidade e representatividade das ações ou comentários" (idem). Neste sentido, podemos dizer que há no jornalismo noticioso ou convencional uma visão de neutralidade possível, típica do século 19, no qual se atribui ao jornalista uma presumida capacidade de análise imparcial.

O segundo elemento, ligado a este, seria a questão da função social do jornalismo. A mais conhecida talvez seja a de *watch dog*, isto é, de cão sentinela, responsável pela fiscalização dos poderes públicos, da liberdade de expressão de indivíduos e, sobretudo, minorias sociais, bem como guardião da transparência e responsabilidade da sociedade como um todo. Esta vigilância seria baseada em uma certa fundamentação maniqueísta, na qual haveria uma distinção clara e distinta entre o bem e o mal – como se não houvessem múltiplas nuances de cinza entre o preto e o branco. Já os historiadores orais têm uma proposta menos dicotômica, na qual cabe ressaltar: "Cada sujeito, ao narrar sua trajetória de vida, se revela uma testemunha e um artífice da história. Essas narrativas orais não são menos verdadeiras, nem menos ficcionais do que muitas histórias oficiais" (PERAZZO, 2015, p. 123). O objetivo do método da história oral, portanto, não é a busca da "verdade", mas de algo que ainda gera polêmica no campo jornalístico: a compreensão de que "(...) cada sujeito narra a partir de sua subjetividade, uma vez que cada um vê o objeto a partir do seu lugar no mundo e constrói sua narrativa de forma seletiva, marcando sua trajetória de acordo com sua concepção de mundo e sua percepção de si mesmo." (idem).

A nosso ver, essa premissa da abertura parece ser um dos principais diferenciais do método empregado pelos historiadores orais:

Não raro, esta versão é romanceada, numa tentativa imaginativa, consciente ou não, de “salvar a preciosa consciência da injustiça do mundo”. O termo empregado para esta questão, idealizado em 1973 pelo historiador italiano Alessandro Portelli, é o de uchronia, no sentido de uma utopia sobre o passado ou, como ele diz, “uma expressão narrativa possível de recusa da ordem da realidade existente. (...) A forma ucrônica permite ao narrador ‘transcender’ a realidade dada e recusar ser identificado e satisfeito com a ordem existente” (PORTELLI, 1991, p. 108). “Uchronia, assim, economiza a preciosa consciência da injustiça do mundo existente, porém fornece os meios de resignação e de reconciliação” (PORTELLI, 1991, p. 116). “Embora ventile as chamas de descontentamento por revelar a contradição da realidade e desejo, ele ajuda a manter essa contradição de sair de um conflito aberto” (idem). (MARTINEZ, 2015, p. 81)

Fato ou ficção? Esta linha tênue não é uma inquietação que move o historiador oral, como visto no conceito de uchronia proposto pelo historiador oral italiano Alessandro Portelli (PORTELLI, 1991). Antes, talvez seja o respeito pelo modo de perceber e relatar a realidade do depoente, seja ele endossado ou não pelo do entrevistador. Evidentemente, esta visão compreensiva (KÜNSCH, 2014) existe em jornalismo, sendo mais presente em modalidades mais abrangentes, como o jornalismo literário (LIMA, 2009), que trabalham com contextos mais aprofundados de tempo e espaço narrativo.

## **2.1 A questão do gênero**

Marques de Melo observa que já na metade do século XX, estudiosos como Alceu Amoroso Lima, Barbosa Sobrinho e Antônio Olinto debatiam a natureza dos gêneros, as especificidades brasileiras e a existência de um território com elementos comuns entre o jornalismo e a literatura (MELO; LAURINDO; ASSIS, 2012). A nosso ver, no caso da história oral, há um embricamento maior entre duas instâncias, a memória do indivíduo e a entrevista, que discutiremos a seguir.

Há várias noções de memória como gênero narrativo, mas para fins de simplificação adotaremos aqui a do resgate do indivíduo de acontecimentos da vida,

em geral ligados a emoções, colocados numa sequência temporal (LANDEIRA; BARONTO, 2008, p. 68). Destacamos que entendemos emoções no sentido psicológico do termo, como afetos, isto é, eventos que tocam, afetam a pessoa, desencadeando uma emoção. Observamos também que, em história oral, em geral estamos abordando o resgate de conteúdos conscientes, uma vez que o método não tem premissa terapêutica – embora o próprio fato de mobilizar conteúdos psíquicos tenha o poder de levar o indivíduo a ressignificá-los. Isso porque o despertar da memória poderia mobilizar igualmente conteúdos inconscientes, sejam eles de natureza pessoal – como na perspectiva psicanalítica, que teriam sido reprimidos por traumas, em geral na infância –, bem como pessoais e coletivos – caso da abordagem analítica, que não só teriam sido rebaixados da consciência por diversos motivos, inclusive a falta de espaço para estocá-los, como também porque pertenceriam a um conjunto de conteúdos arquetípicos, arcaicos, herdados e compartilhados pela espécie como um todo (JUNG, 2012).

Por entrevista, destacamos a diversidade de abordagens possíveis, dependendo da área empregada. Jorge Duarte propõe três categorias de entrevistas: aberta, que tem como ponto de partida um tema ou questão mais ampla e flui livremente; semiaberta, que parte de um roteiro de questões, mas pode ser alterada no decorrer da entrevista; e fechada, feita a partir de questionários estruturados (DUARTE, 2005, p. 62-83). Essas noções, evidentemente, são esquematizadas para fins didáticos, pois a entrevista jornalística pode tanto ser feita de forma precisa e objetiva, por meio de um questionário fechado, e devido à propícia interação entre entrevistado e entrevistador, produzir conteúdo aprofundado. Quanto, por outro lado, pode partir de uma proposta aberta e, por não favorecer esta interação, ter resultado superficial. Contudo, evidentemente, do ponto de vista ideal, trabalhamos aqui com o conceito de entrevista dialógica, no qual há um encontro entre seres

humanos e, portanto, ocorre um ponto ótimo de interação entre ambos (MEDINA, 1990, 2003).

Ora, é justamente neste ponto que reside a principal diferença dos historiadores que empregam o método da história oral. Há, de fato, um método, que deve ser seguido para que o conteúdo coletado seja considerado válido para a área. Para fins de ilustração, lembramos que dois dos livros mais citados do campo contempla a palavra manual no título, tendo sido nomeados igualmente de *Manual de História Oral* (ALBERTI, 2005; MEIHY, 1998) – algo que seria impensável em jornalismo, pelo menos no brasileiro. O livro de Alberti, por exemplo, traz instruções bastante precisas da prática do método, dando orientações sobre o desenho do projeto, a seleção e a relação com os entrevistados escolhidos, o número ideal para a formação do corpus e a seleção do tipo de entrevista, entre outros. Há inclusive dicas para a formação da equipe que trabalhará no projeto, uma vez que, além dos pesquisadores, ela pode ser composta de consultores, técnicos de som, indivíduos responsáveis pelo processamento das entrevistas e editores. Há, portanto, a constatação de que um projeto de história oral é um trabalho de equipe, enquanto o jornalismo privilegia a premissa de trabalho solo do repórter, esquecendo-se dos demais colaboradores do processo, como pauteiros, editores, fotógrafos, copidesques, revisores e pessoal da arte para a mídia impressa, por exemplo, sem o qual a notícia não seria corretamente processada e publicada.

### **3. A questão da autoria**

Há uma premissa básica em jornalismo: o texto é de responsabilidade do repórter. Por isso, sabe-se que o processo de apuração pode tanto derrubar presidentes, como no caso Watergate, em 1974 (WOODWARD; BERNSTEIN, 2014), quanto acabar com a carreira dos próprios profissionais, se pegos em fraude, como Janet Cooke no jornal *The Washington Post* em 1980, Jason Blair no jornal *The New*

*York Times* em 2003 e, mais recentemente, Sabrina Rubin Erderly na revista *Rolling Stones* em 2014 (embora, neste caso, o editor, Will Dana, há 19 anos na posição, tenha assumido responsabilidade por ter permitido a publicação da reportagem e apresentado sua carta de demissão). (MARTINEZ; CORREIA; PASSOS, 2015). Exatidão e precisão na apuração, portanto, são fundamentais na prática jornalística (KRAMER, 1995). Ele é, portanto, considerado o autor da história.

Já no método da história oral, o depoente narra sua versão da história, baseada em suas lembranças. Essas memórias são subjetivas, pois se baseiam na percepção do indivíduo, não se esperando, evidentemente, que haja qualquer objetividade neste processo de resgate de conteúdos. Há, por parte do pesquisador ou do responsável por esta etapa, a necessidade de que a transcrição seja feita de forma precisa, para se garantir a fidelidade ao relato. Pode haver copidescagem no processo, para se garantir a correção das normas gramaticais em um texto impresso, por exemplo, fase necessária para a adequação do relato à leitura. Contudo, antes da liberação para a consulta, isto é, antes que o áudio ou vídeo editados ou o relato transcrito seja integrado a um acervo, são necessários dois procedimentos importantes. O primeiro é a conferência pelo entrevistado, momento no qual o texto, áudio ou vídeo já trabalhado é encaminhado para aprovação. Trata-se de uma etapa delicada do processo, por isso os manuais de história oral alertam para a necessidade de se estabelecer negociações prévias sobre o que exatamente pode ser alterado pelo depoente. Um exemplo é a quantidade de vezes que se permitirá ao depoente fazer sugestões de alteração no texto. De toda forma, essa fase existe e seu significado é bastante claro: o depoente é o autor da narrativa, tendo poder inclusive de veto em sua divulgação, mesmo na fase final do processo. Não por acaso, é preciso colher também uma carta de cessão, por meio da qual o depoente autoriza a liberação do conteúdo. Essa validação, sem dúvida, pode ser considerada um diferencial complexo, porém importante, do método, permitindo que pequenos

enganos sejam corrigidos a partir da premissa de que a produção de conhecimento se estabelece numa parceria entre depoente e pesquisador:

No caso de uma matéria jornalística, o autor, após ouvir o entrevistado – e supondo que ele esteja redigindo uma matéria com uma única fonte – , tem a liberdade de usar outros recursos, como pesquisa em acervos, documentos, fotografias e outros, para criar o texto da melhor forma que conceber. Aliás, é esta habilidade, grandemente baseada no estilo adotado pelo profissional, que se entende que exercerá um poder de atração do leitor. Já o historiador oral, devido ao próprio método, está limitado à transcrição, que em geral se restringe à edição do depoimento para eliminar repetições ou ruídos (MARTINEZ, 2008), embora algumas vertentes de história oral permitam intervenções mais amplas.

Pode-se mesmo dizer que o respeito absoluto a tudo que foi dito e depois autorizado pelo colaborador é fator primordial para o estabelecimento de um texto que reflita a vontade de quem se dispõe a contar. Embutido nesse comportamento respeitoso ao que o "outro" diz reside o pressuposto ético da *aceitação* do papel do oralista, que atua como *mediador* entre o que foi dito e o que se tornará registro definitivo. Supondo que *validar* equivale a *fazer valer* ou à *ação de tornar efetivo*, o que independe de qualquer parâmetro lógico, racional, coerente ou coeso, o que se tem é a relativização do conceito de verdade. Sabe-se que não existe mentira em história oral. Tudo interessa em um relato: a falsidade, a fantasia, o engano, o embuste, a distorção. Numa primeira etapa, fazendo o discurso valer por si, o que deve vigorar não é a busca de evidências e nem mesmo a comprovação dos fatos. Lugar expressivo da vontade de quem fala, a subjetividade determina o rumo dos fatos expostos em entrevistas e fixados em acordos acertados na conferência da entrevista. O diálogo ou ação dialógica da conversa fica submetido ao pressuposto da vontade soberana do entrevistado. (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 111).

Nesse tipo de produção de conhecimento, a fase da validação exige maturidade do oralista, pois o conteúdo apurado pode não fazer parte de seu sistema de crenças e valores. Ribeiro e Meihy citam, como exemplo, um entrevistado que narre experiências de contato com espíritos ou seres extraterrestres (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 112). Como o objetivo do método da história oral não é o da busca

da certificação objetiva de fatos reais, o conteúdo das entrevistas é acolhido, ainda que carregado de significados impressionistas. Aqui, o método da história oral se alinha, em alguma medida, com o de verdade de outro campo, a psicologia, por meio do qual o relato do indivíduo é aceito pelo analista como é, uma vez que é justamente a compreensão dessas camadas de significado distintas que permite mapear o universo único de cada ser humano. Estamos, portanto, na esfera fenomenológica (MARTINEZ; SILVA, 2014) e não analítica dos fenômenos observados.

### **3.1 Convergências quanto à ética**

Além da maturidade, demanda-se, do jornalista, um posicionamento superético na construção de sua reportagem ou história de vida, uma vez que ele é responsável pelo conteúdo que será divulgado. É, portanto, de inteira responsabilidade do autor deixar claras as consequências que a reportagem pode causar na vida do entrevistado, sobretudo dos menos favorecidos, seja do ponto de vista de educação formal, mental ou financeiro. Até porque é o jornalista que tem um conhecimento do impacto da mídia contemporânea no cotidiano do indivíduo em uma dada comunidade.

A nosso ver, uma das melhores definições de ética foi dada pelo jornalista Cláudio Abramo (1923-1987), ao dizer que não há propriamente uma ética específica do jornalista, pois ela não difere da de um marceneiro, por exemplo, uma vez que os princípios e valores que norteiam o indivíduo não podem ser fragmentados, estendendo à sua vida do profissional como um todo (ABRAMO, 1988). Isto dito, do ponto de vista jornalístico, destacamos a perspectiva do estudioso estadunidense de Jornalismo Literário Mark Kramer, quando ele aborda o que chama de pacto com leitores em duas instâncias: a relação do autor com o leitor e a relação do escritor com suas fontes (KRAMER, 1995). Do ponto de vista de discussão sobre relacionamentos éticos, destacaremos neste artigo a relação do escritor com suas

fontes, uma vez que esta modalidade implica em apurações que por vezes são de longa duração, podendo gerar relacionamentos intensos com os entrevistados.

Também repórter literário, Kramer costumava principiar seus contatos com uma carta de intenções, na qual deixava claro sua proposta e, também, a intervenção que permitiria ao entrevistado. Dependendo do caso, contudo, ele chegava a sugerir a assinatura de acordos, bem como a exposição de exemplos de reportagens ou livros já publicados de autoria do jornalista (KRAMER, 1995, p. 26). A grande questão é que a relação evidentemente pode desembocar numa amizade, mas o entrevistado tem de ser alertado de que está revelando informações não a um “amigo”, mas a um profissional, que o vê como uma fonte – por mais que se acarinhe dele.

Kramer aponta dois tipos de acesso menos problemáticos quando o jornalista não quer falsear as intenções, isto é, quer agir de forma sincera e honesta quanto ao objetivo de sua matéria. O primeiro é o de buscar indivíduos que gostariam de ser retratados – o que na sociedade da alta visibilidade contemporânea abrange um número cada vez maior de pessoas. O segundo é o de personagens exemplares, que, engajados em boas iniciativas e ações, podem ter interesse em divulgar suas causas (KRAMER, 1995, p. 26). Não estamos discutindo aqui, é preciso ficar claro, outras modalidades, como o jornalismo investigativo, que, naturalmente, lança mão de outras estratégias para obter as informações necessárias.

Contudo, como aponta Denise Casatti, essa relação entrevistado-fonte é complexa. O jornalista que ouve pode se transformar no narrador e compartilhar suas próprias memórias. E a fonte pode deixar seu lugar de fala para se transformar no ouvinte, que escuta, silencia, retoma a palavra (CASATTI, 2006, p. 110). Trata-se, evidentemente, de uma relação dialógica.

#### **4. Considerações finais: a possibilidade de diálogo entre as áreas**

A nosso ver, há um campo fértil para diálogo entre jornalistas e historiadores orais, que muito pode beneficiar ambas áreas. Do lado jornalístico, destacamos o rigor na coleta de dados, que pode ser exemplificada pelo uso de cadernos de campos, uma marca do método da história oral. "O próprio recurso da gravação, que por vários motivos caiu em desuso no dia-a-dia das redações, resulta numa alta fidelidade à fala do personagem, permitindo utilizar diálogos e expressões pessoais que deixam a narrativa saborosa, ajudando a compor a *persona* do indivíduo ou grupo social" (MARTINEZ, 2008, p. 28). Há que se lembrar que os gravadores digitais – e porque não, até os *smartphones* – facilitaram muito o processo de gravação, ainda que decupar o material continue sendo uma das tarefas mais árduas do jornalismo, sobretudo o praticado em idiomas como o português. No caso da língua franca acadêmica, o inglês, já há mecanismos, como aplicativos, que facilitam o processo de transcrição.

Evidentemente, esse protocolo pode ser usado nos casos em que a gravação se faz necessária, uma vez que nunca é demais lembrar a práxis do jornalista estadunidense Gay Talese, que usa a memória para anotar impressões e falas, correndo para o computador (na época, máquina de escrever) quando chegava em seu escritório (TALESE, 2004). Para ele, aparatos eletrônicos interferiam na relação com o entrevistado, criando uma barreira desnecessária.

Talvez um avanço bem-vindo seja o de considerar a matéria um projeto conjunto entre entrevistado e fonte. Neste sentido, ambos têm direito a intervir, em alguma medida, no texto – é a "medida", portanto, que deve ficar clara no início da relação. Por isso, "[o]utra prática bem-vinda, abominada pela maioria dos jornalistas, é a conferência do texto pelo entrevistado. Na verdade, trata-se de um auxílio salutar, visto que o trabalho não deixa de ser uma parceria de pelo menos duas pessoas que têm como objetivo contar uma história, seja pessoal, grupal, temática ou sobre um momento histórico." (MARTINEZ, 2008, p. 28). Um acordo prévio possível é que o

entrevistado faça correções quanto ao conteúdo, deixando a escritura – por ser a parte técnica do trabalho – confiada à competência do jornalista.

Seja jornalismo ou história oral, o historiador italiano Alessandro Portelli (PORTELLI, 2011) talvez sintetize o que é mais importante na hora de interagir com outro ser humano, quando diz que a coisa mais importante que temos a oferecer durante uma entrevista é a nossa ignorância e o nosso desejo de aprender. Para ele, não entramos nesse processo para "estudar" um entrevistado ou uma dada comunidade, mas simplesmente para aprender sobre e, sobretudo, com eles. Portelli lembra que é justamente o que não sabemos que encoraja as pessoas a falarem conosco. E não o que, do alto de nossa vaidade, imaginamos saber sobre eles.

## Referências

- ABRAMO, C. **A regra do jogo e a ética do marceneiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- CASATTI, D. **Viagem ao outro: um estudo sobre o encontro entre jornalistas e fontes**. [s.l.] Universidade de São Paulo, 2006.
- DUARTE, J. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Eds.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 62–83.
- ERBOLATO, M. **Técnicas de Codificação em Jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.
- JUNG, C. G. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- KRAMER, M. Breakable Rules for Literary Journalists. In: SIMS, N.; KRAMER, M. (Eds.). **Literary journalism: a new collection of the best American nonfiction**. New York: Ballantine Books, 1995. p. 21–34.
- KÜNSCH, D. A. A comunicação, a explicação e a compreensão: ensaio de uma epistemologia compreensiva da comunicação. **Líbero**, v. 17, n. 34, p. 111–122, 2014.
- LANDEIRA, J. L.; BARONTO, L. E. **O tempo dos gêneros**. São Paulo: Salesiana, 2008.
- LIMA, E. P. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. 4. ed. São Paul: Manole, 2009.
- LOPES, M. I. V. DE. **Pesquisa em Comunicação**. 7. ed. Rio de Janeiro: Loyola, 2003.
- MARTINEZ, M. **Jornada do Herói: estrutura narrativa mítica na construção de histórias em jornalismo**. 1. ed. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2008.
- MARTINEZ, M. A história de vida como instância metódico-técnica no campo da

- Comunicação. **Comunicação & Inovação**, v. 16, n. 30, p. 75–90, 25 fev. 2015.
- MARTINEZ, M.; CORREIA, E. L.; PASSOS, M. Y. R. Entre fato e ficção: personagens compostos versus fraude em jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 12, n. 2, p. 238–250, 2015.
- MARTINEZ, M.; SILVA, P. C. DA. Fenomenologia: o uso do método em Comunicação. **E-Compós**, v. 17, n. 2, p. 1–15, 2014.
- MEDINA, C. **Entrevista: o diálogo possível**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1990.
- MEDINA, C. **A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano**. São Paulo: Summus, 2003.
- MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1998.
- MEIHY, J. C. S. B.; RIBEIRO, S. L. S. **Guia prático de história oral**. São Paulo: Contexto, 2011.
- MELO, J. M. DE; LAURINDO, R.; ASSIS, F. DE. **Gêneros jornalísticos: teoria e prática**. Blumenau: Edifurb, 2012.
- MOREIRA, S. V. **70 anos de radiojornalismo no Brasil - 1941/2011**. 1. ed. Rio de Janeiro: EduERJ, 2011.
- PERAZZO, P. F. Narrativas Oraís de Histórias de Vida. **Comunicação & Inovação**, v. 16, n. 30, p. 121–131, 25 fev. 2015.
- PORTELLI, A. Uchronic dreams: working-class memory and possible worlds. In: **The death of Luigi Trastuli and other stories: form and meaning in Oral History**. New York: State University of New York Press, 1991.
- PORTELLI, A. **They say in Harlan county: an oral history**. New York: Oxford University Press, 2011.
- RUDIN, R.; IBBOTSON, T. **Introdução ao jornalismo**. São Paulo: Roca, 2008.
- TALESE, G. **Fama & anonimato**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- WOODWARD, B.; BERNSTEIN, C. **Todos os homens do presidente**. São Paulo: Três Estrelas, 2014.